



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2011
(do Sr. Fernando Franciscini)

Requer que seja convocado o Sr. PEDRO NOVAIS LIMA, Ministro de Estado do Turismo para expor acerca da operação da Polícia Federal que resultou na prisão de 38 pessoas no Ministério do Turismo.

Senhor Presidente

Requeiro a V. Exa. com base no art. 50 da Constituição Federal e nos termos do art. 219 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias à convocação do Exmo. Senhor PEDRO NOVAIS LIMA, Ministro de Estado do Turismo, para expor acerca da operação da Polícia Federal que resultou na prisão de 38 pessoas no Ministério do Turismo.

JUSTIFICAÇÃO

A Polícia Federal desencadeou em 09/08/2011 a Operação Voucher, com o intuito de desarticular esquema de desvio de dinheiro público dentro do Ministério do Turismo. Veja abaixo matéria extraída do sítio www.terra.com.br da repórter Luciana Cobucci.

PF prende 38 suspeitos de desvios no Ministério do Turismo

09 de agosto de 2011 • 09h19 • atualizado às 10h53

Luciana Cobucci
Direto de Brasília

A Polícia Federal (PF) realiza na manhã desta terça-feira uma operação para desarticular um esquema ilegal de desvios de recursos de convênios do Ministério do Turismo. A ação, chefiada pela Superintendência da PF no Amapá, prendeu 38 pessoas, incluindo o secretário-executivo da pasta, Frederico Silva da Costa, o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

secretário nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo, Colbert Martins da Silva Filho, e um ex-presidente do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur).

Também foram presos empresários, diretores e funcionários do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento de Infraestrutura Sustentável (Ibrase). De acordo com a PF, há fortes indícios de desvios de recursos em contratos firmados entre o ministério e a ONG, em convênio autorizado por meio de emendas parlamentares ao Orçamento da União.

As irregularidades incluem o direcionamento das contratações às empresas pertencentes ao esquema, ausência de preço de referência e de critérios de aceitabilidade de preço, a não execução ou execução parcial do projeto contratado, o pagamento antecipado de serviços, fraude nos documentos comprobatórios de despesas, contrapartida não executada ou executada irregularmente pela entidade sem fins lucrativos e inexistência de fiscalização do convênio pelo Ministério do Turismo.

Ao todo, 19 mandados de prisão preventiva, 19 de prisão temporária e sete de busca e apreensão foram cumpridos em Brasília, São Paulo e Macapá (AP). Somente na capital federal, 15 suspeitos foram presos.

A assessoria do Ministério do Turismo disse não ter conhecimento sobre os motivos que levaram à operação nem informações de quem são os servidores.

Com informações da Agência Brasil.

Veja ainda matéria extraída do site
<http://www.band.com.br/noticia/?id=100000448640>:

PF prende 38 pessoas no Ministério do Turismo

A Polícia Federal cumpriu, na manhã desta terça-feira, 38 mandados de prisão no Ministério do Turismo. Por meio da Operação Voucher, os agentes realizam ações no Distrito Federal, São Paulo e Amapá.

Ao todo, 200 agentes atuam na operação, que cumpriu 19 mandados de prisão preventiva e outros 19 de prisão temporária. A Operação Voucher apura desvio de recursos do Ministério do Turismo, por meio de emendas parlamentares ao Orçamento da União.

Pela manhã, foi preso o número 2 do ministério, o secretário-executivo Frederico Silva da Costa e o secretário Nacional de Desenvolvimento de Programa de Turismo, Coubert Martins da Silva Filho.

Desvios

A Polícia Federal também prendeu empresários, diretores e funcionários do Ibrasi (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento de Infra-Estrutura Sustentável). O ministro do Turismo, Pedro Novais, está em São Paulo e chega a Brasília no começo da tarde de hoje.

As investigações da PF indicam fortes indícios de desvios de recursos públicos na execução de convênios do ministério, tendo por objeto a capacitação profissional para o turismo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

As pessoas envolvidas no esquema criminoso serão indiciadas, de acordo com as devidas participações, pelos crimes de formação de quadrilha, peculato e fraudes em licitação. As penas para tais crimes podem chegar a 12 anos de reclusão. A Polícia Federal agendou entrevista coletiva para falar sobre a operação às 15h30, em Brasília.

Diante do retro exposto, a convocação que ora requeremos é de fundamental importância para o desempenho de nossas atribuições constitucionais de acompanhamento das ações do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em _____ de agosto de 2011.

Deputado FERNANDO FRANCISCHINI
PSDB/PR